

“NÓS SOMOS O CRIME NA FRONTEIRA”: AS BOCAS FAMILIARES E O PCC “CORRENDO JUNTO” EM CORUMBÁ-MS

“WE ARE THE CRIME AT THE BORDER”: THE FAMILY TRAPHOUSES AND THE PCC “RUNNING TOGETHER” IN CORUMBÁ-MS

Giovanni França Oliveira¹

Endereço Profissional: Rua Dr. Francisco Portela, 1470 – Patronato.

Cep. 24435-005

São Gonçalo - RJ, Brasil

Email: gi_oliveira@outlook.com

Gustavo Villela Lima da Costa²

Endereço Profissional: Rua Dr. Francisco Portela, 1470 – Patronato.

Cep. 24435-005

São Gonçalo - RJ, Brasil

Email: gustavovillelalimadacosta@gmail.com

Resumo: Este artigo é fruto de uma parceria de mais de uma década de pesquisas etnográficas realizadas na fronteira Brasil-Bolívia (Corumbá, Ladário e Puerto Quijarro – Puerto Suárez). O principal objetivo desse texto é demonstrar de que modo os atores sociais, moradores da região envolvidos com o narcotráfico, mobilizam a fronteira como um recurso, ressaltando a importância da escala “micro” e local no funcionamento de grandes redes transnacionais de comércio de drogas, garantindo sua eficácia comercial. O artigo aponta também para a reorganização recente do comércio local de drogas ilícitas a partir da emergência e estabelecimento do PCC (Primeiro Comando da Capital), inicialmente no presídio da cidade de Corumbá e em seguida para suas ruas e bairros.

Palavras-Chave: Fronteira; Mundo do Crime; Corumbá; Puerto Quijarro

Abstract: This paper is the result of a partnership of more than a decade of ethnographic research carried out on the Brazil-Bolivia border (Corumbá, Ladário and Puerto Quijarro – Puerto Suarez). The main objective of this text is to demonstrate how social actors, residents of the region involved in drug trafficking, mobilize the border as a resource, emphasizing the importance of the "micro" and local scale in the operation of large transnational drug trade networks, ensuring their commercial effectiveness. The article also points to the recent reorganization of the local illicit drug trade from the emergence and establishment of the PCC (First Command of the Capital), initially in the prison of the city of Corumbá and later to the streets and neighborhoods.

Keywords: Border; Crime Social World; Corumbá; Puerto Quijarro.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador do Observatório da Violência e Sistema Prisional- UFMS.

² Professor Adjunto de Antropologia e Sociologia do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), Mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ (2004) e Doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ (2008).

Introdução³

Desde 2010 realizamos pesquisas etnográficas em parceria na região de fronteira Brasil-Bolívia (Corumbá, Ladário e Puerto Quijarro – Puerto Suárez)⁴ e desde então buscamos analisar como os moradores da região envolvidos com o narcotráfico utilizam e mobilizam a fronteira como um recurso social e econômico. Esse artigo tem como objetivo principal compreender como ocorreu uma reorganização recente do comércio local de drogas ilícitas na fronteira com a entrada do PCC (Primeiro Comando da Capital), inicialmente no presídio de Corumbá e depois expandindo-se para a vida nas ruas e bairros da cidade.

É importante destacar que a etnografia aqui apresentada foi realizada com pessoas que trabalham nas chamadas “bocas familiares” e não entre os grandes empresários ou comerciantes de drogas que cuidam das remessas mais significativas. Nosso foco principal são as mudanças sociológicas observadas nas ruas da cidade de Corumbá em torno da “economia criminal”, assim como sua capilaridade, dinâmica e os rearranjos da criminalidade local. As filiações de indivíduos ao PCC vêm modificando as formas de interação social, assim como as estratégias comerciais e os modos de fazer negócios. Além disso, essas novas dinâmicas indicam também diferentes formas de ascensão social e a construção de um novo *ethos* em busca de prestígio e poder nas ruas, o que implica, por sua vez, em novas identidades e trajetórias sociais em Corumbá.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira parte caracteriza-se o que chamamos do “Bazar Fronteiriço”, em que os fluxos econômicos na fronteira, sua imbricação entre o legal e ilegal, assim como a dimensão do “segredo”, garantem a eficácia e a ordem não-conflitiva do comércio ilegal no local. Na segunda seção, a “Fronteira como margem: os protagonistas dos espaços ambíguos”, produz-se uma discussão teórica sobre a fronteira e, mais especificamente sobre Corumbá, demonstrando que o pertencimento identitário e as redes de relações pessoais são fundamentais para a organização local do “mundo do crime”. Na terceira seção “O Mundo do Crime na Fronteira”, estabelece-se uma discussão com a literatura nacional, sobretudo dos trabalhos realizados em São Paulo, para discutirmos a

3 Foram utilizados pseudônimos para os interlocutores das entrevistas, para resguardar suas identidades.

4 Este artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas junto ao Grupo de Estudos “Fronteiras e Margens do Estado: Etnografias Urbanas”, na Faculdade de Formação de Professores, da UERJ, em São Gonçalo. Além disso incorpora diferentes momentos de pesquisa realizados pelos autores no CPAN, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: a parceria iniciou-se no trabalho de orientador-orientando no Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS) entre 2010 e 2012, prosseguindo no Projeto da Senasp, “Segurança Pública nas Fronteiras” desenvolvido entre os anos de 2013-2015, continuando em pesquisas independentes desde então.

especificidade de Corumbá e da Fronteira, nas complexas relações entre a lógica local familiar e de vizinhança e a entrada do PCC. Nessa seção também são apresentadas as entrevistas e resultados do trabalho etnográfico realizado. Além da etnografia feita na região, utilizaremos as fontes jornalísticas para apontar fatos recentes ocorridos em torno de nosso tema de pesquisa, demonstrando não apenas as repercussões dos eventos, mas também suas representações sociais.

As entrevistas apresentadas no decorrer desse artigo foram realizadas por Giovanni França Oliveira em momentos distintos ao longo dos últimos dez anos. Isso nos proporcionou analisar as transformações das dinâmicas locais da criminalidade fronteiriça. A entrevista com Thor foi realizada durante a pesquisa para a Dissertação de Mestrado entre os anos de 2010-2013⁵. A entrevista com Carlos foi feita a partir do projeto “Segurança Pública nas Fronteiras” financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) entre os anos de 2014-2016 e as entrevistas com Felix, Mendonça e Bernardo são as mais recentes, realizadas entre 2020-2021.

O Bazar Fronteiriço

Ao longo das pesquisas realizadas em Corumbá observou-se a convivência de duas lógicas operando no comércio de drogas ilícitas e que tem importantes repercussões no *ethos* comercial e do “mundo do crime⁶” na fronteira: uma lógica local, fronteiriça, que organiza o comércio em torno das “bocas familiares” e outra lógica nacional com a chegada dos comandos criminais, sobretudo com a expansão do Primeiro Comando da Capital no presídio da cidade. Corumbá está localizada na fronteira oeste do estado de Mato Grosso do Sul. A região faz parte da conurbação da qual fazem parte quatro cidades Corumbá, Ladário-Brasil/ Puerto Quijarro, Puerto Suárez/ e o distrito de Arroyo Concepción/Bolívia. A população dessa conurbação binacional chega a aproximadamente 170 mil habitantes. Cabe ressaltar que cada uma dessas cidades tem sua gênese em diferentes momentos da história daquela região.

5 OLIVEIRA, Giovanni França. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2013, sob a orientação do professor Doutor Gustavo Villela Lima da Costa.

6 Um dos estudos pioneiros analisar a expressão “mundo do crime” foi realizado por Ramalho (2008) na Casa de Detenção de São Paulo na década de 1970. O autor analisa diversos códigos comportamentais denominados por ele de “proceder” que viabilizam a estrutura ética básica da vida no “mundo do crime” dentro e fora das prisões. Para este artigo, a expressão “mundo do crime”, é tomada na perspectiva dos interlocutores transnacionais e seu conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local-transnacional, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, roubos, furtos, contrabando, tráfico de pessoas dentre outras atividades ilícitas.

A economia da região é dinâmica em linhas gerais: do lado brasileiro da fronteira, tem grande importância o setor da pecuária, o setor de extração de minério de ferro e de manganês nas morrarias do Urucum, além de atividades industriais como a produção de cimento. Destaca-se também o setor de comércio varejista, o setor de bens de serviços e do transporte de cargas. Além disso, como a cidade se encontra no Pantanal, há grande importância local o setor de turismo e de pesca (devido a essa atividade a cidade conta com uma ampla rede hoteleira e de restaurantes).

No lado boliviano da fronteira a economia gira em torno de exportação e escoamento de vários produtos como a soja, madeira e açúcar a partir da estrutura portuária no rio Paraguai. Além disso, o setor comercial tem grande importância para essas cidades, com vários centros comerciais como o “Centro Comercial de Puerto Aguirre” onde se encontram o Shopping China, *Euroshopping*, de produtos importados (bebidas, eletroeletrônicos, perfumes, decoração etc); existem também outros centros comerciais como a Zoframaq (lojas de vestuários) e a feira de Arroyo Concepción (que vende principalmente roupas) que atrai os chamados “sacoleiros” de diversas regiões do Brasil. Destaca-se, ainda, a indústria de exploração de minérios de manganês e o setor de transporte internacional de cargas⁷. Vale ressaltar que toda essa estrutura econômica montada na fronteira é interligada por uma infraestrutura composta por aeroportos, rodovias, ferrovia no que se convencionou chamar como “corredor bioceânico” que liga o porto de Santos ao porto de Arica e Iquique no Chile, além disso há a hidrovia do rio Paraguai que liga a região ao Paraguai, Uruguai e Argentina.

Na última década, os mercados ilegais de drogas vêm sofrendo profundas mudanças de ordem nacional devido ao avanço da ação dos comandos criminais brasileiros em diversas regiões do país em uma agressividade nunca vista anteriormente. Esse avanço dos comandos criminais do Sudeste (PCC e Comando Vermelho, principalmente) teve como um de seus principais alvos as regiões de fronteira, com destaque para a as disputas pelas rotas internacionais que implicaram no aumento da violência sobretudo na fronteira Brasil-Paraguai⁸. Alianças instáveis entre facções criminosas foram desfeitas ao longo dos anos, levando ao confronto entre essas organizações de modo cada vez mais explícito,

7 ANDRADE, F. A. M. *Impactos dos barcos-hotéis na economia de Corumbá (MS), Arroyo \Concepción e Puerto Quijarro, fronteira Brasil/Bolívia – Mato Grosso do Sul*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Universidade Federal De Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.

8 GOMES, Henrique Pedro. Cerca de 70 facções atuam no Brasil, diz ministro da Segurança Pública. *O Globo*, Rio de Janeiro. 03.set.2018. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/cerca-de-70-faccoes-atuam-no-brasil-diz-ministro-da-seguranca-publica-23035855>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

EL PAÍS. Acordo entre facções rivais, a chave da queda global de mortes violentas no país. *El País*, São Paulo -26 JUL. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/20/politica/1563625750_156154.html> Kadanus, kelli. Como o modelo de facção se nacionalizou e o crime organizado ganhou força no país. *Gazeta do Povo*. Brasília.04.jun.2019. Acesso em: 22 de maio. de 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/como-faccoes-criminosas-ganharam-forca/>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

transformando a ordem local do crime em diversas localidades, inclusive no estado de Mato Grosso do Sul. O assassinato de Jorge Haffat⁹, realizado de forma cinematográfica pelo PCC na cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, nos mostra de modo evidente como as estratégias de dominação de territórios dessas facções, que começaram ainda no início dos anos 2000, se tornam cada vez mais violentas nas disputas pelo monopólio das rotas do comércio de drogas. Outro exemplo amplamente divulgado na imprensa foi a atuação extremamente violenta do Comando Vermelho (CV) na fronteira de Coronel Sapucaia/Brasil¹⁰ e Capitan Bado/Paraguai, considerando-a, em matérias publicadas, como uma das regiões mais violentas do Brasil.

É importante destacar que não é possível fazer generalizações, pois cada fronteira é única em suas peculiaridades¹¹, daí a importância dos estudos locais para compreender suas dinâmicas. É fato, porém, que a atuação dos comandos criminais brasileiros em áreas de fronteira vem modificando a ordem local do crime em diferentes escalas, pois o raio de ação dessas organizações já obedece a uma estrutura cada vez mais transnacional. Essa lógica se constrói em uma intrincada rede de obrigações e deveres para os indivíduos que se “filiam” a essas facções, impondo novos *ethos* e modos de fazer negócios, além de novas interações e confrontos com a polícia e demais órgãos de segurança pública. É importante destacar que mesmo com a atuação das facções nas fronteiras, pouco se sabe a respeito da organização do

9 FLAVIO, Costa; ADORNO, Luiz. Mapa das facções no Brasil: PCC e Comando Vermelho disputam hegemonia do crime em 9 estados. *UOL*, em São Paulo e em Brasília. 22.agost.2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/22/mapa-das-faccoes-no-brasil-pcc-e-comando-vermelho-disputam-hegemonia-do-crime-em-9-estados.htm>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

BENITES, Afonso. Assassinato do “rei do tráfico” na fronteira deixa em alerta autoridades brasileiras. *El País*, Brasília - 22 JUN 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466198112_870703.html> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

FREITAS, Ricardo. De Rafaat a Minotauro, entenda a guerra pelo tráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai. Ricardo Freitas. *G1*, MS 08.fev.2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/02/08/de-rafaat-a-minotauro-entenda-a-guerra-pelo-trafico-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai.ghtml>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

FREITAS, Helio. Um ano após morte de Jorge Rafaat, domínio de facções aterroriza fronteira. *CAMPO GRANDE NEWS*. Dourados. 15.jun.2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/um-ano-apos-morte-de-jorge-rafaat-dominio-de-faccoes-aterroiza-fronteira>>>Acesso em: 22 de maio. de 2020.

10 Dourados Agora. Coronel Sapucaia é líder do ranking da violência no país. Dourados agora. Coronel Sapucaia. 20.ago.2008. Disponível em: <<https://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/coronel-sapucaia-e-lider-do-ranking-da-violencia-no-pais>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

VACCARIA, Glauceia. MS tem as duas cidades fronteiriças mais violentas do Brasil. *Correio do Estado*. MS.14.ago.2018 <<https://www.correiodoestado.com.br/cidades/duas-cidades-fronteiricas-de-ms-sao-as-mais-violentas-do-brasil/334273/>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

FREITAS, Hélio. Paranhos e Coronel Sapucaia seguem como as mais violentas da fronteira. *Campo Grande News*, Dourados.14.ago.2018<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/paranhos-e-coronel-sapucaia-seguem-como-as-mais-violentas-da-fronteira>> Acesso em: 22 de maio. de 2020.

11 GRIMSON, Alejandro. *Pensar Fronteras desde las Fronteras*. *Nueva Sociedad*. n.170. Noviembre-Diciembre. Honduras, 2000.

“mundo do crime” nessas regiões que ainda são pouco estudadas etnograficamente, se comparadas a São Paulo e ao Rio de Janeiro, por exemplo.

Não se deve ignorar também o papel do Estado nessas dinâmicas criminais, econômicas e de reordenamento das lógicas do “mundo do crime” na fronteira. As fronteiras, então, aparecem menos como um lugar onde o Estado não conseguiu impor sua ordem e mais como um local em que o Estado “se faz Estado”, em constante demanda para aplicar técnicas de ordenamento, de controle e vigilância, criando com a própria legislação os espaços de transgressão da própria lei. Além disso é preciso destacar o fato de que é o no interior dos presídios, unidades de detenção estatais que se desenvolvem as dinâmicas de batismo do PCC, ao menos inicialmente, como observamos nessa pesquisa. Como afirma Asad¹² as “margens” do Estado (que nunca é um objeto estático) são locais propícios para estudarmos como o direito estatal e a ordem são constantemente restabelecidos e reconfigurados, como é o caso da fronteira e da própria cidade de Corumbá. Isso nos leva a questionar essa legibilidade do Estado, pensando a fronteira como um desses espaços em que o Estado está sendo “constantemente experimentado e desconstruído”, a partir da própria “ilegibilidade de suas práticas, documentos e palavras”, no exercício da violência e de práticas extralegais¹³.

É preciso, portanto, relativizar a dicotomia entre centro e periferia (fronteira), economia legal e ilegal, compreendendo, por um lado, o grau de imbricamento entre Estado e ilegalidade, por outro, a importância da chamada economia “ilegal” para a vida econômica da cidade e da fronteira como um todo. Assim, procuramos nos afastar de representações ideais que classificam o Estado como “bem” e a “ordem”, de um lado, e os atores sociais que realizam atos “ilícitos”, simbolizando o “mal” e a “desordem”, de outro. A lei estatal acaba por criar zonas de ambiguidade e ilegalidade e é nessa liminaridade que o “mundo do crime” opera e consegue sua eficácia como parte do funcionamento do próprio Estado – ou seja, a lei estatal e sua transgressão devem ser estudadas juntas¹⁴.

Ao longo de mais de uma década de pesquisas na região, destacamos dois fatores principais que nos chamaram a atenção acerca da economia criminal em Corumbá: em primeiro lugar, se trata, de fato, de uma das rotas mais lucrativas do tráfico de cocaína e pasta base no Brasil (além do tráfico de armas, entre outros) e, em segundo lugar, apesar desse fato, não se observam grandes e constantes disputas violentas pelos pontos de venda

12 ASAD, Talal. 2008. ¿Dónde están los márgenes del estado? *Cuadernos de Antropología Social*, Nº 27, pp. 53–62, 2008 © FFyL – UBA – ISSN: 0327-3776. P.53

13 DAS e POOLE, 2008, p.25, loc.cit.

14 HEY MAN, Josiah [e] SMART, Alan. (1999), “States and Illegal Practice: An Overview”. Em: *States and Illegal Practices*. Oxford/Nova York, Berg

na cidade e nem entre os grandes comerciantes que dominam as mais vultosas remessas para o território brasileiro. Obviamente não estamos negando a violência existente na região em torno do comércio de drogas, com assassinatos por dívidas ou pequenas disputas locais, roubos e confrontos eventuais com a polícia. Entretanto, basta fazermos uma comparação com a violência e disputas pelas rotas de tráfico de drogas e armas existentes em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero (Paraguai), citados acima e amplamente divulgados em jornais pelo Brasil, para constatarmos que se tratam de fenômenos e dinâmicas bem distintos: de um lado a violência mais explícita na fronteira Brasil-Paraguai, com exibição de armamentos pesados e assassinatos espetaculares amplamente divulgados na mídia em acirrada disputa pelo monopólio dos fluxos comerciais fronteiriços; de outro, uma fronteira muito mais silenciosa e “secreta” em Corumbá e Ladário, e nas cidades vizinhas na Bolívia, que podem apontar para um cenário mais organizado e “pacificado”.

Baseados na leitura de Peraldi¹⁵, sugerimos a seguinte hipótese para esse fato: as relações pessoais e de reciprocidade baseadas na família e na vizinhança tradicionalmente estabelecidas em Corumbá contribuem para o apaziguamento de possíveis conflitos, mesmo com a entrada de novos atores como é o caso recente do PCC (que inclusive está muito imbricado nessa mesma lógica). Essa dinâmica familiar tende a se replicar para os grandes comerciantes de drogas na cidade também, responsáveis pelas grandes remessas de mercadoria ilegal. Observamos em nossas pesquisas que essa economia criminal na cidade se baseia em situações difusas e mutantes em que essas modalidades de trabalho se apresentam no cotidiano com grande extensão e multiplicação de atores sociais implicados que usam o “diferencial fronteiriço” como um recurso para ganhar a vida¹⁶.

De acordo com Peraldi, que realizou pesquisas na cidade de Tânger no Marrocos, a economia criminal funciona como um “sistema de regulação e divisão desigual”, em que “todo mundo toca um pouco nos benefícios do comércio”, o que se reflete na possibilidade de promoção social para numerosos atores sociais, implicados em uma vasta gama de negócios laterais à sua atividade “criminosa”, que não necessariamente pode ser descrita como “máfia” ou “crime organizado¹⁷”. Observamos em inúmeras entrevistas e situações em que os donos das “bocas familiares” possuem outros negócios legais, não apenas de fachada, mas como forma de sustento e ganho de dinheiro em que a família está envolvida.

15 PERALDI, Michel. “Economies criminelles et mondes d’affaire à Tanger”. *Cultures & Conflits*, no 68, pp. 111-125, 2007.

16Ibidem, p.120.

17 Ibidem, p 123

De modo semelhante à Tânger, pesquisada por esse autor, também compreendemos a prevalência em Corumbá dessa “economia de bazar”¹⁸ baseada nas trocas interpessoais e no valor e controle da informação como a principal razão para que não haja uma explosão de disputas sangrentas na região. Como afirma Geertz acerca da economia de Bazar, “a busca por informações que faltam e a proteção das informações que se têm é o ‘x da questão’ (*name of the game*’, no original)¹⁹”. A economia criminal de Corumbá obedece justamente a uma lógica do segredo e controle da informação, que também foi identificada por Peraldi no Marrocos, que se constrói nas relações de troca personalizadas, suplantando às vezes relações puramente econômicas ou utilitárias, nas interações face a face e na formação de uma “clientela fidelizada²⁰” exemplificada nas “bocas familiares” na cidade, como uma espécie de matriz para os negócios ilegais na cidade.

Fronteira como margem: os protagonistas dos espaços ambíguos

Para que possamos compreender as especificidades da vida na fronteira, é preciso considerar as relações entre Estado, violência (física e simbólica), seus dispositivos de controle e suas relações indissociáveis com as práticas ilegais e também as informais. Entendemos que é em suas margens que se tornam mais visíveis os pressupostos necessários para o funcionamento do Estado, que aí continuamente redefine seus modos de governar, legislar e de controlar tanto o território quanto as populações²¹. As fronteiras são espaços ambíguos, de difícil definição e que possuem certa autonomia²²: são, portanto, espaços “liminares”, situados na “margem”, nos entrelugares das estruturas nacionais, em que as normas e *status* sociais muitas vezes são ambíguos e muito mais fluidos, propiciando formas específicas de trocas simbólicas e materiais.

Essas ambiguidades se tornam um capital social importante para os atores locais que aprendem a manejar esses territórios em relações bastante complexas com o próprio Estado e a lei. A fronteira como “margem” tem uma dupla característica que nos permite pensar nos atores sociais que se dedicam ao comércio de drogas ilegais nessas regiões. A fronteira é tanto uma área que possui uma potência, em que formas de liberdade, resistência, de subversão econômica, cultural, política e identitária são possíveis; mas também um local

18 Para aprofundar essa discussão ver: “RUGGIERO, V.; SOUTH N. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. *The British Journal of Sociology*, v.48, n.1, p.54-70, 1997”.

19 GEERTZ, Clifford. The Bazaar Economy, in: *The American Economic Review*, Vol. 68, No. 2 (Suppl.: Papers and Proceedings of the Ninetieth Annual Meeting of the American Economic Association) (May, 1978), p.30.

20 Peraldi, op. cit, p.123),

21 DAS, Veena e POOLE, Deborah. El Estado y sus Márgenes. Etnografías Comparadas. *Cuadernos de Antropología Social* Nº 27, pp. 19–52, 2008.

22 VAN GENNEP, A. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978

muito visível de exercício do poder estatal, que aí põe em prática um “laboratório” de políticas de vigilância e controle e até mesmo de práticas de exceção, que se estabelecem como regra²³.

A fronteira é, portanto, uma região singular, distinta de outras áreas do território nacional e isso produz modos peculiares de pertencimento e vinculação identitária, assim como formas de territorialização por parte de seus moradores. Essa identidade, justamente, escapa a qualquer visão essencialista ou a classificações binárias (nós x eles) que estão calcadas na ubiquidade do estado nacional; são identidades em fluxo, em constante negociação que permitem aos indivíduos manipularem e mobilizarem essa ambiguidade a seu favor, seja no uso das moedas, das nacionalidades, dos direitos e deveres de lado a lado. O sucesso do trabalho ilegal, dos esquemas e das distintas modalidades de passagem de drogas ilícitas na fronteira depende fundamentalmente desse pertencimento social à região, que insere os atores sociais em redes binacionais (ou mesmo transnacionais), assim como do domínio dos códigos culturais ambíguos ali presentes.

O que buscamos afirmar aqui é que esse comércio ilegal depende fundamentalmente dos atores locais que operam nessa escala “micro” e extremamente pessoal (com quem negociar?), onde todos se conhecem, na qual o espaço (por onde passar?) e temporalidades²⁴ são manejadas (quando passar? Quando segurar mercadorias?), o que permite a negociação eficaz das “mercadorias políticas”²⁵ específicas da fronteira entre as cidades de Corumbá e Ladário (Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia). Esse pertencimento fornece capital social (e comercial) sem o qual não seria possível o controle territorial dessas operações e o sucesso da aquisição e entrega de mercadoria e dinheiro no “bazar fronteiriço”.

De acordo com Telles²⁶, esses atores são portadores de “competências circulatórias (quer dizer, saber passar pelas fronteiras, contornar as restrições, os controles e as fiscalizações), transformando-se em atores de amplas transferências internacionais de mercadorias”. Sendo assim, categorias nativas de comerciantes de drogas como

23 AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

24 RABOSSI, Fernando, 2004, *Nas Ruas de Ciudad del Este: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira*. Rio de Janeiro, UFRJ, tese de doutorado em Antropologia Social.

25 O conceito de “mercadoria política” é definido pelo autor como “toda mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor de troca político ou econômico” (MISSE, 1997). Para Misse (2007), há um mercado informal, cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso ou custo político seja metamorfoseado em valor de troca. Para o autor, esse é um mercado avesso a qualquer regulamentação estatal ou pública. O recurso político é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta, adquirindo formas diversas.

MISSE, Michel. (1997), “As ligações perigosas: Mercado informal ilegal narcotráfico e violência no Rio de Janeiro”. *Contemporaneidade e Educação*, Vol. 1, no 2, pp. 93-116.

_____. (2007), “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Estudos Avançados*, Vol. 21, no 61, pp. 139-157.

26 TELLES, Vera da Silva. (2009), “Ilegalismos urbanos e a cidade”. *Novos estudos Cebrap*, no 84. P. 60

“confiança²⁷”, e “respeito²⁸”, indicam que há toda uma rede de confiança estabelecida, por exemplo, entre os produtores, comerciantes e usuários de drogas, que, segundo Nordstrom, caracterizariam a existência de um “código de ética” mediado diretamente nas relações face a face e que demandam a satisfação dos clientes, o pagamento das dívidas e o recebimento dos produtos, sob a ameaça sempre latente do uso da violência para solucionar os conflitos.

Essa identidade fronteiriça, liminar, coloca em xeque os dispositivos de controle e poder do estado, que tende a pensar e governar a fronteira como se tratasse um limite fixo, binário (nós x eles) e bastante monolítico. Precisamos pensar esses atores sociais que vivem nas margens do Estado como protagonistas de formas de integração econômica “subterrâneas” e de formação de redes e sociabilidades (mesmo que baseadas no comércio ilegal), nos acionamentos de suas táticas de sobrevivência, ascensão social e econômica, assim como de aquisição de prestígio. Pina Cabral²⁹ aponta para uma concepção de liminaridade/marginalidade que procura trazer “as margens para o centro”. A marginalidade passa então a ser o terreno sobre o qual a estrutura é constantemente reconstruída, o que nos leva a relativizar as relações entre fronteiras e limites do território nacional e seus centros administrativos e de poder. Essa perspectiva nos permite inverter os processos de construção dos territórios nacionais, apontando para o protagonismo dos processos econômicos fronteiriços, assim como da construção de identidades, o que se reflete nas redes comerciais ilegais que debatemos nesse artigo. Estes aspectos contra-hegemônicos, apesar de serem minimizados em algumas representações sobre a fronteira e outras margens do estado, para Pina Cabral, constituem parte integrante da vida cultural e são constituintes da vida social:

A relação tradicional entre marginalidade e centralidade, portanto, inverte-se. A marginalidade passa a ser vista como a condição básica das relações sociais e culturais, enquanto a centralidade é algo de construído e delimitado, constantemente em risco de ser destronado [...] parece-me necessário voltar à afirmação de que, contrariamente aos lugares comuns sociológicos a que nos temos habituado, a marginalidade constitui o próprio fundamento da vida social e cultural, enquanto a centralidade é um artefacto do funcionamento da hegemonia³⁰.

27 NORDSTROM, Carolyn. (2007), *Global Outlaws: Crime, Money and Power in the Contemporary World*. Berkeley/ Los Angeles/Londres, University of California Press

28 BOURGOIS, Phillipe. (2010), *En busca de respeto: Vendiendo crack en Harlem*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno.

29 PINA CABRAL, João. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. *Análise Social*. [Vol. 34, No. 153, LISBOA: CIDADE DE MARGENS \(Primavera de 2000\)](#).

30 BOURGOIS, Phillipe. (2010), *En busca de respeto: Vendiendo crack en Harlem*. Op. Cit., p. 26.

Essa leitura nos permite ir além das visões hegemônicas e normativas, “de cima para baixo” do “centro para as margens/ periferias”, calcadas no dogma da soberania dos estados nacionais, dos grupos “centrais” que estão fora das margens. Essa perspectiva “invertida” que aponta Pina Cabral nos foi fundamental para compreendermos como se constroem as dinâmicas criminais, do comércio de drogas ilícitas e formação e estruturação dos chamados “comandos criminais” nas fronteiras, não como mera imposição de “fora”, de “São Paulo”, mas como um processo de articulação complexa entre o modelo de filiação ao PCC que se reproduz através do presídio de Corumbá com as estruturas fronteiriças estabelecidas “nas margens” de Corumbá. Dessa forma, fica clara a agência local desses indivíduos e grupos que vivem na fronteira. Os indivíduos que se filiam ao PCC já faziam parte de grupos familiares e de vizinhança que garantiam os negócios ilegais como matriz da confiança, do saber cruzar a fronteira, dos conhecimentos com os comerciantes bolivianos e da aquisição das informações privilegiadas que somente o pertencimento social podem oferecer. Assim, o crescimento do PCC na fronteira se parece muito mais com um modelo de interdependência e expansão comercial em redes de negociações e associações complexas com estruturas preexistentes do que uma imposição “de fora” pela violência, como veremos ao longo do artigo. Essa condição liminar da fronteira em sua especificidade é ressaltada por Machado, quando aponta que nessas regiões está sempre presente o

[...]desafio ao conceito de lei territorial representado pela situação de fluidez e imprevisibilidade nas faixas de fronteira, onde pouca lei e pouco respeito à lei desafiam os limites de cada estado. Esse processo de diluição dos limites nacionais se deve não só à multiplicação de redes transfronteira mas também à competição entre diferentes sistemas de normas, induzida pelos próprios estados e por outras grandes organizações, legais e ilegais. Frente a essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade, e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei³¹.

As áreas de fronteira são, portanto, regiões propícias à negociação (não apenas materiais, mas também imateriais), seja pela existência de câmbios distintos, pela oferta de mão de obra, por incentivos fiscais, acordos bilaterais e processos migratórios, seja pela dinâmica das construções identitárias, ou pela interação social e trocas simbólicas. A fronteira, portanto, representa para seus moradores, tanto um recurso material, quanto social³². As fronteiras são, de fato, lugares propícios aos negócios, em função do diferencial

31 MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes in: STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB, p.41-49. Porto Alegre, 1998. P.6.

32 VALCUENDE DEL RÍO, José M^º; CARDIA, Lais M. 2009. Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de junio de 2009, vol. XIII, núm. 292, 2009.

fronteiriço (diferentes moedas e legislações), e é justamente por essa condição que se costuma confundi-las, como se fossem os lugares por excelência da ilegalidade. Ou seja, as fronteiras são lugares bons para fazer negócios, sejam eles legais ou ilegais. Nesse sentido, são também lugares privilegiados para pensarmos na relativização das dicotomias do legal e do ilegal, justamente porque essas separações não existem de maneira pura no mundo do comércio e dos negócios.

Por conta dessa condição específica é que os atores sociais fronteiriços manipulam os diferenciais fronteiriços em benefício próprio, de acordo com a realidade social e política. Os mecanismos de operacionalização dessas ações passam pelas interações locais e globais, possibilitando os arranjos econômicos legais e ilegais que acabam por dinamizar a realidade das cidades de fronteiras. É necessário ressaltar que nem todas as cidades fronteiriças atraem fluxos de capitais, já que é necessário, para esses núcleos urbanos fronteiriços, uma infraestrutura montada (rodovias, aeroportos, ferrovias) que faça a integração com os grandes centros urbanos, para dar vazão às negociações de acordos comerciais entre os Estados.

Para que isso ocorra, deve haver um processo de fronteirização acentuado entre os lados da fronteira, a fronteira não habitada não se insere nesse processo³³. Nesse sentido, as redes criadas pelo comércio ilegal de mercadorias ilícitas (tráfico de drogas e armas), se aproveitam da logística territorial, de estruturas montadas pelos próprios Estados, que interligam a fronteira a outros centros urbanos, ampliando o raio de atuação das atividades criminais.

A organização horizontal dessas atividades é necessária na medida em que os elos fronteiriços transnacionais são variados e os atores sociais são diversos e muitas vezes desconhecidos fazendo parte do mecanismo das “competências circulatórias”³⁴. É nesses espaços liminares, entre países, legislações, línguas e moedas que os atores sociais transnacionais se arriscam, driblando o aparato estatal, levando e trazendo mercadorias. Há a mobilização de toda uma rede de pessoas e mercadorias cuja complexidade e porosidade dificulta a apreensão de sua real magnitude, assim como da estimativa de pessoas envolvidas nessas atividades ilegais que envolvem o tráfico de drogas, de armas, de pessoas e mesmo contrabando seja ele o “formiguinha” ou o organizado por grandes empresários.

33 OLIVEIRA, Tito, C. M. Uma fronteira nas malhas da rebeldia e da criatividade. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 14, p. 32-55, 2015.

34 TELLES, Vera da Silva. (2009), “Illegalismos urbanos e a cidade”. *Novos estudos Cebrap*, no 84, pp. 153-173.

O “Mundo do crime³⁵” na Fronteira

A expressão “mundo do crime” pode ser usada em diversos contextos remetendo a atividades ilícitas que ensejam comportamentos e *ethos* específicos, expressos na categoria do “proceder”, que varia em cada localidade com suas estruturas criminais específicas. A expressão “mundo do crime” será utilizada neste artigo, a partir da leitura de Ramalho³⁶, que ao analisar a casa de detenção de São Paulo nos diz:

O desvendamento do *mundo do crime* passa necessariamente pela compreensão dessa categoria chave que é a *massa do crime*, conjunto de normas de comportamento, de regras do “proceder”, que regem a *vida do crime* dentro e fora da prisão. Procede-se à análise dessas regras no que concerne à variabilidade de sua aplicação e vigência no espaço socialmente diferenciado da prisão. Da mesma forma procura-se pensar o *malandro*, a figura principal da *massa do crime*, que encarna as qualidades ideais e positivas para os presos, daquele que participa do *mundo do crime* e que cumprem à risca as *leis da massa*. Considera-se ainda a relação entre o conjunto de regras da *massa do crime* e as regras de funcionamento da prisão³⁷.

Ramalho nos conduz a uma série de modelos comportamentais que se estabelecem no convívio nos espaços de detenção, lugares onde a “massa do crime” configura uma maioria e onde o “proceder” do “malandro” torna-se essencial para o bom funcionamento da prisão. Os atributos valorizados pela “massa do crime” correspondem ao “malandro nato”, aquele que nasceu para o crime e tem aversão ao trabalho. “Este ‘proceder’ se constrói como *habitus* baseado em determinadas regras³⁸ cuja infração acarreta sanções de pesos desiguais”. Para Ramalho, o “proceder do mundo do crime”, não está restrito apenas aos presídios, mas também fora deles, balizando determinados comportamentos moralmente aceitos e outros repudiados pela “massa do crime” nas ruas e “quebradas”. Esse é um ponto fundamental para entendermos o modo de expansão do PCC em Corumbá para além do sistema carcerário³⁹.

35 Sempre utilizaremos esta expressão em aspas por se tratar de uma categoria em nível local.

36 RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Desta edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais Ano da última edição: 2008.

37 Ibidem, 2008, p. 18.

38 Entre as regras do “proceder”, as principais ações definidas por Ramalho (2002, p. 38) como: a) regras que se referiam à vida cotidiana no interior do xadrez; b) regras que se referiam às trocas e circulação de objetos entre os presos em geral; c) regras que se referiam às prescrições de solidariedade e ajuda mútua entre os presos em geral; d) regras que referiam às atitudes “morais” dos presos de modo geral; e) finalmente, a regra fundamental: não “caguetar”.

39 Ibidem, p.32

Avançando nas relações inerentes ao “mundo do crime”, Feltran⁴⁰ em suas pesquisas nas periferias de São Paulo, nota mudanças na estrutura social a partir de diversas “crises” e deslocamento nas esferas do trabalho, da família e da religião, que juntas estruturavam a promessa de mobilidade social dos migrantes que a partir dos anos 1960. Essa conjuntura está ligada ao sonho do trabalhador em ter um emprego estável e bem remunerado. Mas o sonho da estabilidade financeira é frustrado com o passar do tempo, pelo aumento do desemprego e as mudanças constantes do mercado de trabalho.

Para esse autor, o aumento da criminalidade e sobretudo da criminalidade violenta está ligada aos mercados ilegais do tráfico de drogas e ganha cada vez mais força nas últimas décadas, trazendo o “mundo do crime” à porta das famílias e a sua convivência mais próxima. Feltran entende o “mundo do crime” como um “[...] conjunto de códigos e sociabilidades que se estabelecem, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, de roubos e furtos⁴¹”. Para o sociólogo, essa categoria diz respeito principalmente à juventude dessas localidades e ao seu possível envolvimento nos negócios ilegais, gerando uma série de conflitos e de novos arranjos na vida dessas pessoas e de seus familiares.

A partir da década de 1990, novas configurações emergem nos presídios de São Paulo graças ao surgimento e expansão do PCC, que impõe uma nova ética do “proceder” dentro dos presídios paulistas, ampliando-se progressivamente para fora dos muros, nas periferias paulistanas⁴². Essa mudança se dá a partir da ética do Comando em torno da “Paz, Justiça, Igualdade, Liberdade” em que a igualdade política nas decisões produz novas regras de convívio dentro dos ambientes prisionais e foras deles, criando novos métodos de punições para aqueles que quebram as regras de conduta do PCC. As avaliações e julgamentos feitos pelo “Comando” exercem coerção física e moral constantes sobre se os indivíduos que vivem junto à “massa do crime” são dignos de “proceder”. Segundo Marques⁴³ “[...]’proceder é um singular regime de relação política entre os presos e ex-presidiários que vivenciaram ou vivenciam suas experiências prisionais em unidades carcerárias sob o domínio do PCC”.

40 FELTRAN, G. S. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 93-126

41 Ibidem, p. 93.

42 A respeito da história do PCC ver: BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: editora Terceiro Nome, 2010. DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. *Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura*. Ano VIII, No. 10, 2009, Vol. 02, pp. 79-96.

43 No interior das prisões, o “proceder” é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere, etc. (MARQUES, 2010, P. 315).

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, junho de 2010, 14 (2): 311-335, 2010.

Devemos pontuar que o “mundo do crime” não é uma categoria unificada e cristalizada e as formas de “proceder” podem variar de acordo com o local, apesar de algumas regras morais serem ratificadas como, por exemplo, a punição mais severa contra os “caguetas”.

A rebelião do dia das mães de 2006, por exemplo, mostrou a força dessa facção (PCC) em nível nacional e o que muitos consideram como fracasso das políticas de gestão da segurança no estado de São Paulo e mesmo no país. É importante destacar que as políticas de transferências de presos dessa facção para outros lugares do país (incluindo estados que fazem fronteiras com outros países), ampliou seu alcance de ação nos presídios e nas ruas, como se observou na alcance nacional dessa rebelião e a capacidade de organização, aceitação e imposição das regras e condutas do PCC para uma parcela da população carcerária.

Em Mato Grosso do Sul ocorreram rebeliões em três presídios⁴⁴ e o que mais interessa para este estudo foi a rebelião na cidade de Corumbá. Este fato marca um ponto crucial na modificação das dinâmicas criminais e das atividades ilegais na região, com a “fundação” da célula do PCC na cidade. O crescimento da atuação do PCC na região se fez no limiar das alianças montadas entre o presídio e a rua, “respeitando” a estruturação local do crime, mas desenvolvendo um novo “proceder” nas transações dentro dessa estrutura. Na cidade de Corumbá observamos as seguintes modificações e adequações nessa nova lógica: o tabelamento dos preços das drogas nas bocas, o respeito às bocas independentes por novos filiados ao PCC e a instituição do chamado “debate⁴⁵”. Dessa forma, notamos que o “mundo do crime” na localidade está em plena mudança devido ao crescimento da atuação do PCC a partir das complexas relações entre o presídio e as ruas⁴⁶.

É importante ressaltar que não usamos a noção de “mundo do crime” como uma categoria cristalizada e reificada, pois entendemos a fluidez desses negócios, as peculiaridades locais e a quantidade de trabalhadores que gravitam na fronteira do legal/ilegal/ilícito. Nesse sentido, Telles⁴⁷ entende que as mudanças sociais, o aumento da

44 SANTOS, Aline. Morte, destruição e domínio do PCC: 10 anos da maior rebelião em MS. CAMPO GRANDE NEWS, Campo Grande. 27.abr.2016. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/morte-destruicao-e-dominio-do-pcc-10-anos-da-maior-rebeliao-em-ms>> Acesso em: 22 de maio. de 2020

Folha Online. Termina rebelião de Corumbá (MS); reféns são liberados em Campo Grande. *Folha de São Paulo*. 15.mai.2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121510.shtml>> Acesso em: 22 de maio. de 2020

45 Discussão e julgamento, espécie de “tribunal” com ritos e hierarquia social.

46 Hoje, o “mundo do crime” está consolidado na região, primeiramente pelo número de bocas de fumo no varejo da cidade de Corumbá, que segundo a polícia civil passa de 200 pontos (POLÍCIA CIVIL/MS, 2019) e em segundo lugar, o aumento da atuação de facções criminosas brasileiras, em especial a do Primeiro Comando da Capital, em conjunto com outras células criminosas bolivianas. Segundo a polícia Federal e a Força de Luta contra o Narcotráfico da Bolívia (FLCN), esta região é uma das três principais áreas de atuação dessas facções como também um importante ponto de entrada de drogas no Brasil (FLCN, 2014).

47 TELLES, Vera da Silva. (2009), “Illegalismos urbanos e a cidade”.

violência e as transformações no “mundo do trabalho”, podem contribuir para aumentar o número pessoas que nada tinham a ver com os negócios do crime, mas que ingressaram de forma passageira em atividades ilegais para aumentar sua renda familiar, como estratégias de sobrevivência cotidiana nas dobras do legal e do ilegal. Além disso, “o mundo do crime” é também, um ambiente de sociabilidade, e “[...] ele tem se expandido para além dos praticantes de atos ilícitos⁴⁸”.

Quando falamos nas relações do “mundo do crime” fronteiriço percebemos a dinâmica de suas articulações, seu reordenamento ou resposta imediata a cada política pública de segurança gerada pelo estado, o que as tornam extremamente fluidas a partir dos esquemas realizados. Essa adaptabilidade possibilita a constante subversão dos limites estatais no desenrolar das relações sociais articuladas entre os lados distintos da fronteira, buscando ainda, previsibilidade e a proteção em certo grau das atividades ilegais, o que garante sua eficácia e duração.

Quando iniciamos as pesquisas na fronteira, sabíamos que teríamos muitos desafios. Entrar em espaços extremamente restritos à maioria das pessoas demandou da nossa parte ganhar a confiança dessas pessoas. Nessa difícil tarefa de pesquisa, contamos com a ajuda inicial de três interlocutores que nos permitiram estabelecer os contatos iniciais para o trabalho de campo⁴⁹.

Orientados por trabalhos etnográficos produzidos por Foote Whyte⁵⁰ (2005) que nos mostraram que a etnografia é processo longo que exige uma série de cuidados nas negociações necessárias para o desenvolvimento do trabalho de campo e que essas relações precisam ultrapassar a desconfiança dos interlocutores e neste caso, os riscos de possíveis sanções do meio. Dessa forma, Bourgois⁵¹, nos ensina que o respeito é parte importante para o desenvolvimento das pesquisas nesses ambientes, apesar das situações extremas que podem ser encontradas. Respeitar, obviamente, não significa concordar, mas faz parte do jogo das relações de poder produzidas nesse campo.

As primeiras incursões etnográficas aconteceram nas bocas de fumo da cidade de Corumbá. Com o acesso a esses locais “perigosos⁵²” percebemos a partir das histórias de vida

48 FELTRAN, G. S. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Temáticas* (UNICAMP), v. ano15, p. 11-50, 2007. P.2

49 OLIVEIRA, G. F.; [COSTA, G. V. L.](#) A cidade e os informantes: inserção etnográfica nos pontos de venda de drogas da cidade de Corumbá/Brasil, na fronteira com Puerto Quijarro/Bolívia. *Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, v. 11, p. 4-24, 2012.

50 FOOTE WHYTE, William. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

51 BOURGOIS, Phillipe. (2010), *En busca de respeto: Vendiendo crack en Harlem*.

52 ZALUAR, Alba. Pesquisando no Perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *MANA* 15(2): 557-584, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200009&script=sci_arttext> .

de diversas pessoas, de diferentes idades, vários motivos possíveis para a escolha dessas trajetórias de vida e de ganhos econômicos. “Esse mundo não é para qualquer um”, “Tem que ter moral para permanecer nessa vida”, “o crime é o crime! Se não aguenta, porque quer entrar?”, “o crime na fronteira é diferente”, “nós somos o crime da fronteira”. Essas são algumas das frases mencionadas no decorrer de muitas entrevistas realizadas, que nos possibilitaram analisar o “mundo do crime” fronteiriço e suas dinâmicas e agenciamentos locais e transnacionais, assim como as estratégias sociais e comerciais, a partir do ponto de vista de nossos interlocutores, como observaremos a seguir:

Pesquisador: Thor, além de você vender droga para o boqueiro, você faz outro tipo de serviço para eles?

Thor: “Pô cara, um dos serviços, foi uma vez que um *boqueiro*⁵³ me chamou, era para eu pegar um objeto para ele[...] sabia que não era furada⁵⁴. Fui até a fronteira, onde logo que atravessei a ponte, fui abordado por um carro, fiquei com medo, e logo liguei para o cara no Brasil, o boqueiro me disse que esse boliviano que tinha me abordado era a pessoa certa, que era para eu ir com ele, era ele que iria me passar o objeto.

Entrei no carro e começamos a dar várias voltas pela Bolívia, confesso que fiquei com puta medo já que não conhecia nada do outro lado, daí chegamos a uma casa onde o boliviano me passou o objeto, para minha surpresa era uma máquina de madeira para fazer cápsulas de droga para as pessoas engoli-las, peguei a máquina e o boliviano me levou até a ponte onde me deixou, e foi embora. “Daí me perguntei como passaria com aquilo pelo posto de fiscalização, fui com a cara e a coragem, passei ‘tranquilo’, entrei no ônibus cheguei à boca e peguei meu dinheiro pela passagem da máquina⁵⁵”.

Nesta entrevista, *Thor* desenvolve várias peculiaridades locais inerentes ao “mundo do crime” fronteiriço. O que nos chama atenção são as “relações primárias⁵⁶” que existem na cidade de Corumbá, com pouco mais de cem mil habitantes: o trânsito das pessoas de um bairro para outro de uma cidade a outra, assim como cruzar a fronteira e estar em outro país é um ato corriqueiro. Nesse trânsito constante, as relações de vizinhança, parentesco e proximidade estão sempre presentes: todos têm um nome, um rosto e uma posição social. Os lugares de sociabilidade são praticamente os mesmos para maior parte da população. Assim, é comum encontrar por várias vezes ao dia pessoas conhecidas e mesmo desconhecidas. É importante destacar que é comum saber alguma fofoca da vida de uma pessoa por terceiros sem nem ao menos conhecê-la⁵⁷. Esta proximidade é uma característica

53 Dono de ponto de venda de drogas

54 Este boqueiro era vizinho de Thor e conhecido de sua infância por isso a sua confiança na pessoa do boqueiro

55 Thor. Entrevista [13 março de 2011]. Corumbá.

56 PARK, Robert E. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano em VELHO, O. (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1967.

57 COSTA, G. V. L. ‘Diz que em Corumbá tem muita conversa fiada’: fofoca, política e moralidade em uma cidade do Pantanal. *Revista Política e Sociedade*, v. 15, p. 396-426, 2018

importante na região, pois move diferentes arranjos sociais nos bairros, condicionando uma grande rede de informações e sociabilidades (negócios, amizades, lazer) onde “todo mundo” conhece “todo mundo”, propiciando também práticas de gestão das ilegalidades de modo localmente peculiar.

Dessa maneira, entende-se que a sociabilidade existente na cidade de Corumbá apresenta também seus reflexos no “mundo do crime”. As relações de vizinhança não se restringem somente a Corumbá, mas englobam a fronteira como um todo, chegando ao lado boliviano. Observamos na entrevista que quando Thor foi pegar o objeto em Puerto Quijarro encontrou com o boliviano, que só deu prosseguimento ao negócio porque conhecia o boqueiro corumbaense que lhe mandou fazer o serviço. Thor confiava no boqueiro, por isso foi até o fim na transação. Quando depois conhecemos pessoalmente esse boqueiro (amigo de Thor), perguntamos sobre a relação entre ele e o boliviano, sua resposta foi a seguinte:

Carlos: Estudei com o filho dele em uma escola em Corumbá, pois é os filhos dele são brasileiros/bolivianos (risos). Por muito tempo namorei com a filha dele e por isso até hoje tenho contato direto com quem vende lá do outro lado.

Às vezes ele entrega para mim lá em casa, quando ele vem para cá (Corumbá), mas ele não gosta de “marcar” não pô! Ele é um cara forte do outro lado, não dá para um cara desse cair por migalha⁵⁸.

O “boliviano” mencionado por Carlos é conhecido pela categoria nativa boliviana de “pichicateiro”, que são os indivíduos que operam como um elo de uma rede mais ampla de negócios maiores, que foge do escopo deste artigo. O “pichicateiro”, portanto, pode ser definido como principal ligação na Bolívia com o traficante brasileiro (e nisso também entram os comandos criminais) para adquirir drogas e vender veículos (carro, moto, caminhão entre outros) roubados no Brasil.

Apesar de Thor conhecer o boqueiro de sua vizinhança (diziam serem “amigos” de infância) ele (Thor) de fato era peça descartável, ocupando ainda um lugar mais baixo na hierarquia criminal. Naquele momento, Carlos mandou Thor pegar o objeto na Bolívia, pois estava acontecendo uma operação da polícia o que dificultava a travessia do “pichicateiro” para o Brasil. Carlos sabendo disso, também não iria se arriscar trazendo o objeto. Por sua vez Thor sabia dos riscos de ser parado pela polícia ou por algum agente da receita, mesmo assim se propôs a realizar a tarefa. Além disso, Thor recebeu a quantia de cinquenta reais pela travessia do objeto, valor muito baixo para esse tipo de trabalho, o que nos indica que nem sempre a amizade e o companheirismo estão acima dos negócios no “mundo do crime”. Esse evento demonstra ainda o valor da palavra como símbolo do “proceder” numa espécie

⁵⁸Carlos. Entrevista [12 dezembro de 2011]. Corumbá.

de contrato verbal e tácito para a realização das atividades ilegais. Ao aceitar a “missão”, Thor ganhou prestígio junto a Carlos, ganhando um capital de confiança nos negócios e aumentando sua “moral” na hierarquia.

Essa transação descrita acima coloca em evidência a relação entre negócio, afetividade e confiança estabelecidas entre Carlos e o “boliviano”, que é muito importante para a manutenção dos negócios de Carlos, pois graças à intimidade entre eles, Carlos conseguia descontos maiores ao adquirir a droga. Dessa maneira, observamos em Corumbá como se monta a estrutura básica da comercialização de drogas na fronteira: o “pichicateiro”, a banca e a boca de fumo. Nessa estrutura que descreveremos a seguir, inserem-se outros mercados ilegais como o de roubos e furtos, receptação, tráfico de pessoas e a exploração sexual.

As organizações criminosas bolivianas⁵⁹ encontram-se pulverizadas, operando em diversas ramificações que vão desde os plantadores de coca até os cartéis internacionais de droga. Elas se organizam principalmente como clãs⁶⁰ familiares ou a partir de associações de diversas pessoas (que podem ser próximas ou não). Esses clãs⁶¹ fazem acordos para o transporte de drogas para diversas organizações criminosas, inclusive as brasileiras. Esses grupos podem atuar de diversas maneiras para o fornecimento variando desde atacadistas até intermediários de outro narcotraficante boliviano ou estrangeiro. A estrutura base do narcotráfico em Corumbá e região vem se organizando basicamente da seguinte forma: o “pichicateiro” se configura como o principal fornecedor da droga na localidade, organizando-se em clãs de forma pulverizada em Arroyo Concepción e outras cidades bolivianas fronteiriças.

Em Corumbá e em Ladário, os circuitos do tráfico se desenvolvem a partir da banca que funciona como atacado de “pequeno” porte articulando a distribuição em pequenas quantidades para as bocas da região. Por fim, temos as bocas que fazem venda da droga (cocaína, pasta base ou maconha) no varejo local. Esse formato de varejo local, articulou-se entre as décadas de 1960 e 1970 a partir de núcleos familiares dispersos. Esse modelo familiar estrutural favoreceu a não monopolização desse comércio por um único grupo ou

59 CAMPERO, J. C. El crimen organizado (vinculado al narcotráfico) en Bolivia. IN: Juan Andrés Valderrama (Org.) *Crimen organizado y gobernanza en la región andina: cooperar o fracasar*. Primera edición. Quito, 2012.

60 Para Bartolomé (2018) os chamados “clãs” são organizações estruturais do crime na Bolívia e no Peru relativamente recente. Elas se desenvolvem como resposta para o processo de desmantelamento dos grandes cartéis da droga nesses países entre as décadas de 1980 e 1990. Sua forma de atuação é pulverizada e parcialmente dependente entre si e com vínculos com diversas organizações criminosas de outros países, inclusive as facções brasileiras. BARTOLOMÉ, Mariano. El crimen organizado y la estructura de clanes familiares en Bolivia y Perú. *Boletín de Seguridad y Defensa* n.º 24, junio 2018.

610 que ainda não está claro em nossas pesquisas é se existe algum tipo de fidelidade entre os clãs e outras organizações criminosas de países estrangeiros. Se existe fidelidade, como isso se processa nas relações estruturais de rivalidades entre os clãs bolivianos?

por um “barão da droga” e se constituiu em torno das famílias, ao mesmo tempo em que garantiu a construção do respeito entre famílias interligadas e uma certa “pacificação” e convivência de diferentes bocas e comerciantes⁶².

Não podemos deixar de falar de outro mercado ilegal muito lucrativo naquela localidade que é a receptação de veículos automotivos roubados oriundos do Brasil. Os veículos brasileiros são valorizados na Bolívia e são usados, na maior parte das vezes, como moedas de trocas por aquisição de drogas. O valor a ser trocado pode variar de acordo com o ano de fabricação e o estado de conservação dos veículos. Percebemos que a maior parte dos veículos trocados por drogas na localidade são de cidades que se localizam fora da área de fronteira, diferentemente das motos⁶³, que geralmente são roubadas/furtadas na cidade de Corumbá e Ladário e trocadas na maior parte das vezes em *Arroyo Concepción*⁶⁴.

De acordo com algumas entrevistas, o PCC começou a atuar na localidade no início dos anos 2000, inicialmente com um sistema de acordos com a criminalidade local. Essa característica começa a mudar com a formação de uma célula dessa facção no ano de 2006, que passa a filiar moradores da região⁶⁵. Nesse momento é que há o crescimento da atuação do PCC na fronteira impulsionado pelo sistema de alianças e dívidas morais dos novos filiados e moradores da cidade que estavam presos, tornando cada vez mais explícitas as relações entre o presídio e a rua. Assim, podemos afirmar que, após o ano de 2006, as configurações dos acordos vêm se transformando gradativamente, pois o número crescente de batismos do PCC e de pessoas que “correm junto”⁶⁶ com essa facção vêm se tornando cada vez mais comuns na região, sobretudo entre a juventude corumbaense. Essa “nova” lógica complexifica o narcotráfico, como também os negócios que gravitam em torno desse mercado na região, subdividindo o varejo e o atacado de drogas ilícitas como também a própria criminalidade local⁶⁷.

Podemos notar essas novas configurações entre batismo dos indivíduos e suas relações com as bocas e os boqueiros, assim como novos os empreendimentos relacionados ao PCC, a partir da entrevista com Felix:

⁶² OLIVEIRA, Giovanni França. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2013.

⁶³Os furtos e roubos de moto fazem parte da realidade da localidade, com destaque nas diversas mídias jornalísticas e de comunicação

⁶⁴ Idem, OLIVEIRA, 2013.

⁶⁵ O marco inicial foi a mega rebelião dos dias das mães como ficou conhecida a rebelião de 2006 onde as prisões dominadas pelo PCC iniciaram um motim em vários estados do país, inclusive na localidade estudada. Para mais informações ver ADORNO, S e SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007.

⁶⁶Indivíduos que estão em vias de serem batizados e integrarem o PCC.

⁶⁷ OLIVEIRA, Giovanni França. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*, op.Cit.

Pesquisador: Quais os critérios usados aqui na fronteira para vocês batizarem algum?

Felix: cara, esse negócio de batismo é complicado, porque até um tempo atrás, quando você batiza alguém o padrinho ficava responsável pela ação do seu afilhado, mas isso vem mudando, pois a facção precisa ter mais pessoas para nossa expansão, tá ligado? É claro que nem todos entram. Aqui na fronteira nós sempre olhamos para aquele boqueiro que está “correndo junto” com a gente, que respeita nossa ética, são boqueiros de “resposta”. Para esses caras nós tentamos oferecer droga mais barato e outras facilidades para que eles possam aceitar o nosso convite. Sempre é bom ter gente experiente do nosso lado. Esses boqueiros são independentes, nós respeitamos a posição deles, desde que eles não atravessem os negócios da família.

Tem também a molecada nova que nós chamamos de “moleques apetitosos” esses nos temos que tratá-los de forma diferenciada, estão entrando no crime agora e precisam ser doutrinados, damos várias missões para eles como roubo de diferentes coisa, trabalhar de aviãozinho em festas ou mesmo cuidar de uma boca fazendo a função de frentista. A gurizada tem que ter sangue no olho, nós temos que preparar eles por que se não arrega na primeira batida da polícia⁶⁸.

A entrevista nos remete a algumas questões a serem consideradas no processo de mudança da criminalidade local. A primeira delas é o PCC ter como foco a cooptação dos boqueiros que tenham experiência nas atividades criminais. O conhecimento acumulado por essas pessoas configura importante capital social na escala local e serve para desenvolver uma outra dinâmica de empreendedorismo do narcotráfico em uma escala mais ampla (com as conexões do próprio PCC). Hoje se encontram no varejo local as bocas independentes, as bocas que “correm junto com o comando” (que são chefiadas pelos chamados “irmãos”⁶⁹) e as bocas do comando. Os boqueiros independentes⁷⁰ conhecem ou têm parentes como “primos leais”⁷¹ ou até mesmo “irmãos” do PCC, configurando diversos mecanismos e agenciamentos em torno das relações de lealdade, passando pelas relações de parentesco e vizinhança e através das relações de poder instituídas pela “ética do comando” ou mesmo de repulsa e distância, de acordo com a conjuntura.

Os mais novos ou os “meninos apetitosos” tornaram-se importantes agentes dessa mudança, pois são o principal foco dos batizados para se tornarem “soldados da facção”. Os mais jovens que acabaram de entrar no “mundo do crime” têm pressa em conseguir certo *status* e são os mais seduzidos com as promessas desse meio. A expansão do comando em Corumbá de certa forma diluiu determinadas regras para o batismo como, por exemplo, o

68 FELIX. Entrevista [7 março de 2020]. Corumbá.

69 Integrante batizado e integrante do PCC.

70 Não fazem parte de nenhuma facção.

71 São chamados de Primos leais, podendo se distinguir entre aqueles que tem interesse em se tornar membro da facção e outros que apenas mantém negócios e respeita a facção, mas não tem interesse em entrar para o grupo.

período de sondagem por parte dos padrinhos sobre o “proceder” do indivíduo que será batizado.

O “foco nos jovens, que os velhos agem⁷²” torna-se importante para pensarmos no ingresso desses jovens nas fileiras das facções criminosas no Brasil. Grande parte dessa juventude fica nos estratos mais baixos da facção e por isso são mais suscetíveis a serem presos, mortos pela polícia ou mesmo de serem vítimas de tribunais do crime realizados pelo PCC, por exemplo. Vários desses jovens ao tomarem consciência de como funciona a facção se veem em uma rede de obrigações morais mútuas e de dívidas pessoais, que impossibilitam ao máximo sua saída. A expressão, “os velhos agem” nos remete não apenas à idade, mas também às experiências, status e “moral” desses indivíduos dentro do “mundo do crime”. Nesse sentido, essa lógica é importante para o PCC na localidade, pois é uma forma de adaptação ao comércio tradicional de drogas na fronteira que permite valorizar a experiência “do outro” para cooptar boqueiros dentre outros integrantes de quadrilhas locais. Esse reconhecimento da experiência e contatos do “outro” permite o acesso aos circuitos ilegais que são monopolizados pelas bancas e bocas familiares de Corumbá. É importante destacar que a rede de parentesco na cidade torna difusa essa divisão boca familiar tradicional x bocas do PCC, pois muitos são parentes e podem pertencer às duas estruturas ao mesmo tempo, operando com as duas lógicas de acordo com seus interesses.

Mesmo com essas estratégias de associações com o PCC, existem aqueles que preferem continuar mantendo sua independência e de certa forma demonstram alguma resistência frente a essas novas configurações locais em curso, como podemos notar na próxima entrevista.

Bernardo:

Eu fui o único da família que foi preso até agora, eu fui muito burro, eu cresci o olho, não segui os conselhos de meu pai.

Meu véio dizia para eu não me arriscar e levar pó para fora da cidade, era muito arriscado. Fui pego com 5 quilos que estavam no carro. Pequei 5 anos de cana. Lá dentro conheci o PCC, logo que os caras estavam começando aqui na cidade. Eles queriam me batizar porque sabiam que eu era correria e também conheciam a minha procedência, a maior parte conhecia meu pai. Os caras queriam que eu me batizasse mas eu não quis.

Para que vou me batizar? Sou independente faço o que quero ganho meu dinheiro e não preciso dar satisfação a ninguém. Se eu batizar além de obedecer o estatuto e a hierarquia dos caras ainda vou ter que pagar caixinha, tá doido.

Cara nós que somos das antigas dificilmente caímos nessa de batizar, é lógico que temos contato com eles mas preferimos ficarmos na nossa, quem mais entra nessa é a gurizada nova que quer ter status no crime. Depois que entram muitos querem sair porque não aguentam o rojão, ficam entrando e saindo da cadeia, porque eles tem que fazer missão. Um conhecido meu tinha

72 MENDONÇA. Entrevista [05 março de 2020], Corumbá.

menos de uma semana que saiu da cadeia, teve que fazer missão, roubo de moto. Foi preso de novo! O cara não ficou nem uma semana Solto⁷³!

A entrevista com Bernardo é extremamente elucidativa na medida que observamos as diversas as estratégias do PCC em tentar cooptar Bernardo, revelando que a sagacidade na busca em estabelecer alianças estratégicas com “boqueiros” antigos para desenvolver a expansão dos negócios da facção em Corumbá são fundamentais, pois a estrutura baseada em laços de parentesco, vizinhança e nas amizades pessoais é o que garante sua eficácia comercial. Outro fator importante é a estrutura da boca familiar que aparece na entrevista, pois o pai de Bernardo também é boqueiro, apontando que as bocas, a experiência e os contatos comerciais são passados de pai para filho. O pai “das antigas”, assim como seu filho optaram por manter sua independência diante da facção. Entretanto, a questão geracional pode ter tido um peso nos negócios da família, pois mesmo não sendo batizado, Bernardo, diferente de seu pai, atualizou e modernizou os negócios em associação com o comando. Ou seja, a recusa de Bernardo em entrar na facção para não perder sua independência demonstra, por outro lado, novas dinâmicas e itinerários da facção na localidade para fazer negócios, com distintas formas de parceria. Bernardo não aceitou o batismo do PCC, mas isso não quer dizer que ele tenha sido deixado de lado pela facção, pois muito pelo contrário, a aliança se estabeleceu de outra forma. Bernardo começou a dar suporte à facção no estabelecimento de contato diretos com traficantes bolivianos. Sua atuação aponta para mudanças significativas no comércio de drogas em Corumbá, pois ao contrário de seu pai “boqueiro das antigas” e independente, sem vínculo com qualquer facção, Bernardo se tornou “primo leal”, categoria local que também remete à noção da família, com status distinto do “irmão”, que é, de fato, batizado pelo PCC. Sendo assim, a facção “estendeu seus tentáculos” sobre a família, que por sua vez também se utiliza da facção de modo tático⁷⁴ para fazer valer seus interesses e negócios, evitando a violência como forma de solucionar possíveis conflitos e mantendo a lógica do respeito pelo espaço das famílias no comércio de drogas em Corumbá.

73 BERNARDO. Entrevista [07 março de 2020], Corumbá.

74 Para descrevermos essas relações e interações no espaço social urbano de Corumbá, utilizamos a noção de *tática*, baseados em De Certeau (2008) como um poder que depende da astúcia para ser exercido por atores sociais que jogam com as possibilidades de ganho (Idem, p.47) a partir de constantes “movimentos” nas regras do jogo do outro, “no campo de visão do inimigo” (Idem, p.100). Esses indivíduos usam essas *táticas* diante do que entendemos serem as *estratégias* do PCC. As *estratégias* são definidas por De Certeau, como as práticas de um sujeito de poder que faz a gestão de seus alvos ou ameaças (clientes ou concorrentes/ inimigos) em um processo de “racionalização estratégica” como o de empresas, estados ou exércitos (Idem, p. 99) que garantem a coercitividade e eficácia de seu poder e controle. DE CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994

Considerações Finais

Este trabalho teve como principal foco mostrar algumas das dinâmicas inerentes ao chamado “mundo do crime” em Corumbá e na fronteira. A partir de 2006, o PCC vem aumentando sua atuação naquela região de fronteira com o aumento do número de batizados e conseqüentemente realizando alianças com os “pichicateiros” bolivianos. Percebemos que na localidade a ética do PCC está presente e vem ganhando força, mas há certo “respeito” às normas estruturais estabelecidas há décadas na região, inclusive pelo fato de que muitos atores sociais pertencem às duas lógicas e estão inseridos nos dois contextos sociais com distintos padrões de filiação: vizinhança e parentesco, de um lado, e ser um “irmão do ‘comando’”, de outro. Os boqueiros independentes são a prova disso, mas observamos nas entrevistas que eles vêm perdendo a força devido ao número crescente de alianças feitas corriqueiramente com os comandos, a partir do presídio.

Observamos também situações comuns em que um determinado boqueiro pode ser independente, mas seu irmão é membro batizado do comando. Uma dinâmica como essa faz com que as relações de aliança familiar contribuam também para o poder de disseminação do “proceder” do PCC na região o que demonstra o imbricamento das duas lógicas do “mundo do crime” na região. A transição de células familiares independentes do tráfico de drogas para o alinhamento ao comando criminal (PCC) é uma realidade, porém, observada em inúmeras entrevistas que fizemos⁷⁵ implicando em uma série de rearranjos em várias esferas: proteção dos esquemas de envios para outras localidades do país, receptação de veículos roubados, proteção dos esquemas, articulação com grandes centros urbanos, especificamente no sudeste brasileiro e com as redes bolivianas de envio da droga. Por fim, entendemos que as dinâmicas que seguem em transição na localidade refletem diretamente na transnacionalização do PCC rumo à Bolívia, modificando também as relações criminais em Puerto Quijarro⁷⁶.

Um dos principais desafios das pesquisas etnográficas realizadas com o “mundo do crime” é conseguir compreender suas práticas e representações a partir de seus próprios pontos de vista. Para realizar essa tarefa não é possível se basear numa visão normativa do Estado, até porque existem processos complexos de construção do estado-nação que passam por esses circuitos ilegais, mobilizando distintos atores sociais, esferas e escalas. A expansão

75 Essas entrevistas foram articuladas com diversos grupos focais realizados a partir do projeto de “Segurança Pública nas Fronteiras” desenvolvido entre os anos de 2013-2015, que possibilitou a ampliação do debate em torno das mudanças nas configurações locais da criminalidade.

76 Estas relações ainda estão sendo pesquisadas, mas já temos alguns relatos de que bolivianos já são batizados e ingressaram nas fileiras de “irmãos do PCC”.

do PCC para a fronteira, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma imposição de fora (do “mundo do crime” de São Paulo), ou de “cima” via presídios, reificando de modo absoluto o “crime organizado”, cuja filiação ao PCC esteja vinculada apenas à coerção das dívidas (morais e financeiras) contraídas pelos presos em troca de proteção na cadeia. De fato, observa-se que estamos diante de novas formas de fazer negócios, reconfigurando os papéis de antigos atores sociais que, por sua vez, acabam incorporando novas pessoas constantemente, de acordo também com táticas, cálculos e escolhas desses indivíduos. O cenário atual na fronteira combina formas tradicionais de comercializar as drogas em Corumbá sedimentadas em torno das famílias e bairros e seus circuitos há muito estabelecidos com a Bolívia, com novas modalidades oferecidas pelas filiações ao PCC, que podem garantir mais segurança e previsibilidade aos negócios, apoio social e até familiar nas redes de ajuda mútua que esse pertencimento pode disponibilizar, além da possibilidade de expansão para novos compradores e fornecedores.

É importante destacar, por fim, que constatamos as reverberações na vida social das ruas de Corumbá, com essas novas formas de “proceder” dos moradores que se filiam ao PCC, produzindo subjetivamente comportamentos e identidades para além da família e vizinhança, sobretudo entre os mais jovens que adquirem prestígio nas ruas ao se filiarem ao “comando”. Todas essas mudanças ensejam, ainda, novas estratégias de controle e vigilância por parte do Estado que aplica seus dispositivos de combate à criminalidade na fronteira nacionalizando e articulando cada vez mais distintas forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Força Nacional e Forças Armadas). Entre os efeitos sociais resultantes desse processo complexo estão tanto a nacionalização e a transnacionalização cada vez mais intensa e capilarizada dos comandos criminais, como demonstramos no caso do PCC em Corumbá, quanto a militarização da segurança pública e securitização da fronteira, o que implica também em novas negociações de mercadorias políticas entre comerciantes de drogas e agentes estatais cada vez mais imbricados em uma lógica comercial transnacional altamente lucrativa e em constante movimento.

Recebido em 02 de novembro de 2021
Aceito em 31 de dezembro de 2021